

ESP-COMPLEXO PENAL DE PIRAJUÍ

Edital 89/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
89/2026	380117-ESP-COMPLEXO PENAL DE PIRAJUÍ	VAGNER GULMINI	26/06/2026 08:46 (v 0.5)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	19/2026	006.00279045/2026-93

Capa

PREGÃO

ELETRÔNICO

380117-90019/2026

CONTRATANTE (UASG)

380117

OBJETO

Aquisição de MATERIAL DE ESCRITÓRIO, COM ENTREGA ÚNICA.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 69.998,96

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

Sumário

1.	DO OBJETO	3
2.	DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	6
6.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	8
7.	DA FASE DE JULGAMENTO	11
8.	DA FASE DE HABILITAÇÃO	13
9.	DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	15
10.	DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	16
11.	DOS RECURSOS	16
12.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	16
13.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	19
14.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	20

Preâmbulo

EDITAL Nº 90019/2026
(artefato digital nº 89/2026)

COMPLEXO PENAL DE PIRAJUÍ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 380117-90019/2026

Processo Licitatório SEI nº 006.00279045/2026-93

Torna-se público que o **Complexo Penal de Pirajuí**, por meio da **Seção de Finanças e Suprimentos**, sediado(a) na Estrada Vicinal Prefeito Aníbal Haman, km 6, s/nº, Bairro Aeroporto, Zona Rural do município de Pirajuí (SP), CEP: 16.602-900, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ESCRITÓRIO**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme definido no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Para **todos os itens** a participação é **exclusiva** a microempresas e empresas de pequeno porte (**ME e EPP**), nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.5.1.1. O tratamento favorecido a que se refere a subdivisão acima fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Não poderão disputar esta licitação sociedades cooperativas, tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e no art. 5º da Lei nº 12.690, de 2012.

3.11. Não poderão disputar esta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOC.

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço (conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital), até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas e as empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item

5.1.2. **Marca e modelo;**

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo especificado na documentação que constitui Anexo deste Edital.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. Nesta licitação para registro de preços, o licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para futura contratação, nos termos da documentação que constitui Anexo deste Edital.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta **não será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior (conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital) ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$ 0,02 (dois centavos de real)**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo (conforme o critério de julgamento estabelecido no início deste Edital) definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. Nesta licitação para registro de preços, não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de realização ou entrega, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.20.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, observado o disposto na subdivisão subsequente.

7.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de proposta cujo valor seja inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, só será considerada após diligência do pregoeiro, facultando ao licitante comprovar, no prazo assinalado pela Administração, a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, sob pena de desclassificação.

7.9.2. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Considerando que o custo global estimado do objeto licitado é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.12.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-nanceira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas, prorrogável por igual período**, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico:
https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.5.4. deixar de apresentar amostra, caso exigida na documentação que integra este Edital; ou

12.1.5.5. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra em desacordo com as especificações do Edital;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação [ou a ata de registro de preços (caso se trate de licitação para registro de preços)] no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.10.3. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo(s) seguinte(s) meio(s): **cleuberjunior@sp.gov.br**

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, **no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.**

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet: **<https://www.comprasnet.gov.br>**, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a emissão de Nota de Empenho.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O prazo para formalização da contratação previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;

14.2.2.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

14.2.2.3. A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica a ciência e a concordância pelo adjudicatário:

14.2.2.3.1. de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.2. de que está vinculado às previsões contidas neste Edital e seus Anexos e à sua proposta;

14.2.2.3.3. de que se aplicam às omissões as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990, e princípios gerais dos contratos;

14.2.2.3.4. de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.5. dos direitos da Administração previstos nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.6. de que as condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação;

14.2.2.3.7. de que serão observados a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025, e as vedações constantes do Decreto estadual nº 68.829, de 2024, e dos artigos 14 e 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12. Em relação acerca de programas de integridade, será observado o disposto no Decreto Estadual nº 69.861, de 11 de setembro de 2025, e na Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026, quando for o caso.

14.13. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico: <https://www.comprasnet.gov.br/>

14.15. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

- 14.16.1. ANEXO I - Termo de Referência;
- 14.16.2. ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar;
- 14.16.3. ANEXO III – Cópia do ato normativo sobre sanções aplicável;
- 14.16.4. ANEXO IV – Modelo referente à planilha de proposta;
- 14.16.5. ANEXO V – Modelo de Declaração para Habilitação;

Pirajuí (SP), na data da assinatura digital.

CLEUBER FERREIRA MANTOVANINI JUNIOR

Chefe de Departamento de Complexo Penal

Autoridade Competente

Modelo conforme:

Administração Pública do Estado de São Paulo

Minuta padronizada. Análise técnica: Subsecretaria de Gestão. Exame jurídico: PGE

Edital de Pregão

Versão atualizada em: **03/03/2026 (divulgada em 08/04/2026)**

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Aprovo o Edital nº 90019/2026 (artefato digital nº 89/2026) e autorizo o prosseguimento da contratação sob nº 380117-19/2026, observando-se os dispositivos legais vigentes. Publique-se.

CLEUBER FERREIRA MANTOVANINI JUNIOR

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 26/06/2026 às 08:46:59.

ESP-COMPLEXO PENAL DE PIRAJUÍ

Termo de Referência 88/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
88/2026	380117-ESP-COMPLEXO PENAL DE PIRAJUÍ	VAGNER GULMINI	25/06/2026 16:16 (v 0.3)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	19/2026	006.00279045/2026-93

Preâmbulo

TERMO DE REFERÊNCIA

COMPLEXO PENAL DE PIRAJUÍ

Processo SEI nº 006.00279045/2026-93

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de **MATERIAL DE ESCRITÓRIO**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	CÓD. SIAFÍSICO	CÓD. COMPRAS	MATERIAL	QTD	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	SUBTOTAL
1	2490145	254473	BARBANTE DE ALGODÃO, COM 08/16 FIOS, APROXIMADAMENTE 410M, PESANDO 500G, COR BRANCO	50	QUILOGRAMA	R\$ 27,50	R\$ 1.375,00
2	3426491	318729	CANETA ESFEROGRÁFICA CORPO EM RESINA TERMOPLÁSTICA, FORMATO DO CORPO SEXTAVADO, MODELO DESCARTÁVEL, CORPO TRANSLÚCIDO COM RESPIRO, PONTA EM LATÃO, COM ESFERA DE TUNGSTÊNIO, ESPESSURA DE 1,0MM, MÉDIA, RENDIMENTO MÍNIMO DE ESCRITA DE: 1.700 METROS, NA COR AZUL, COM TAMPA PROTETORA REMOVÍVEL VENTILADA, NA COR DA TINTA,	300	UNIDADE	R\$ 0,79	R\$ 237,00

			TOPETEIRA (TAMPA DO TOPO) FIXA, E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A NORMA NBR-15236, COM CERTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA INMETRO, E AS SUAS ATUALIZAÇÕES POSTERIORES				
3	3432173	392277	CANETA ESFEROGRÁFICA, CORPO EM RESINA TERMOPLÁSTICA, FORMATO DO CORPO SEXTAVADO, MODELO DESCARTÁVEL, CORPO TRANSLÚCIDO COM RESPIRO, PONTA EM LATÃO, COM ESFERA DE TUNGSTÊNIO, ESPESSURA DE 1,0MM, MÉDIA, RENDIMENTO MÍNIMO DE ESCRITA DE: 1.700 METROS, NA COR PRETA, COM TAMPA PROTETORA REMOVÍVEL VENTILADA NA COR DA TINTA, TOPETEIRA (TAMPA DO TOPO) FIXA, E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A NORMA NBR-15236, COM CERTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA INMETRO, E AS SUAS ATUALIZAÇÕES POSTERIORES	150	UNIDADE	R\$ 0,87	R\$ 130,50
4	2649713	356693	COLA DE PAPELARIA BASTÃO, PARA USOS DIVERSOS, À BASE DE ÉTER DE POLIGLUCOSÍDEO, ATÓXICA, ACONDICIONADA EM TUBO BASTÃO, BRANCA, EM EMBALAGEM CONTENDO SELO DO INMETRO, COM VALIDADE MÍNIMA DE 1 ANO A PARTIR DA DATA DE ENTREGA, COM CERTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA INMETRO, E AS SUAS ATUALIZAÇÕES POSTERIORES, E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A NORMA NBR 15236	50	UNIDADE	R\$ 7,12	R\$ 356,00
5	6333745	622132	COLA DE PAPELARIA, LÍQUIDA, PARA USO ESCOLAR, ISOPOR, TECIDO, PAPEL, EVA, LAVÁVEL, ATÓXICA, COM BICO ECONÔMICO, SECAGEM NORMAL, ACONDICIONADA EM FRASCO, PESANDO 90G, NA COR BRANCA, EM EMBALAGEM COM NOME DO FABRICANTE, E INFORMAÇÕES DACOMPOSIÇÃO, COM VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA	50	BISNAGA DE 90 GRAMAS	R\$ 7,00	R\$ 350,00
6	3145301	353160	CORRETIVO DE PAPELARIA, ROLLER, EM FITA, PARA CORREÇÃO DE TEXTOS, DESIGN ERGONÔMICO, MEDINDO MÍNIMO (4,0MM X 12M), E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A NORMA NBR-15236, COM CERTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA INMETRO, E AS SUAS ATUALIZAÇÕES POSTERIORES	50	UNIDADE	R\$ 9,27	R\$ 463,50
7	2443279	459310	ENVELOPE DE PAPELARIA, CONFECCIONADO EM PAPEL RECICLADO, PESANDO 80 G/M², FORMATO SACO, MODELO SEM	5.000	UNIDADE	R\$ 0,47	R\$ 2.350,00

			IMPRESSÃO RPC DO CORREIO, MEDINDO (176 X 250)MM, COM ABA SEM COLA, NA COR NATURAL (BEGE)				
8	1840061	459338	ENVELOPE DE PAPELARIA, EM PAPEL KRAFT, PESANDO 80 G/M², TIPO SACO, SEM IMPRESSÃO RPC DO CORREIO, MEDINDO (260X360)MM (LARG. X ALT.), NA COR PARDA	5.000	UNIDADE	R\$ 0,75	R\$ 3.750,00
9	6356540	479661	ENVELOPE DE PAPELARIA, EM PAPEL KRAFT, PESANDO 80G/M², SACO, MODELO SEM IMPRESSÃO RPC CORREIO, MEDINDO 37X47CM, PARDO	3.000	UNIDADE	R\$ 1,45	R\$ 4.350,00
10	46701	278811	EXTRATOR DE GRAMPOS, EM AÇO CROMADO, TIPO ESPÁTULA	50	UNIDADE	R\$ 1,56	R\$ 78,00
11	4860454	323863	FITA ADESIVA DE PAPELARIA, CREPE, MEDINDO (24 MM X 50 M), NA COR BRANCA	200	ROLO	R\$ 5,40	R\$ 1.080,00
12	4421140	391988	FITA DESIVA DE PAPELARIA, PAPEL RUGOSO, CREPE, MEDINDO (48 MM X 50 M), NA COR BRANCA, RESISTENTE	100	ROLO	R\$ 10,47	R\$ 1.047,00
13	6034462	424510	FITA ADESIVA DE PAPELARIA, DE POLIPROPILENO (PP), MEDINDO (45MM X 40M), NA COR MARROM, COM ALTA ADESÃO, INDICADA PARA EMPACOTAMENTO	200	ROLO	R\$ 6,85	R\$ 1.370,00
14	140503	467552	FITA ADESIVA DE PAPELARIA, POLIPROPILENO, MEDINDO (45MMX50M), INCOLOR	300	ROLO	R\$ 4,57	R\$ 1.371,00
15	3163288	324240	GRAMPEADOR, DE MESA MANUAL, ESTRUTURA DE AÇO COM ACABAMENTO EM PINTURA ELETROSTÁTICA, BASE DE AÇO COM ACABAMENTO EM PINTURA ELETROSTÁTICA, NA COR PRETO, GRAMPO 9/ 10-14, COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA GRAMPEAR 110 FOLHAS	4	UNIDADE	R\$ 42,50	R\$ 170,00
16	2373343	298055	GRAMPEADOR, ALICATE, ESTRUTURA CROMADA, BASE PLÁSTICA, NA COR PRETO, GRAMPO 26/6, COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA GRAMPEAR 25 FOLHAS	30	UNIDADE	R\$ 19,98	R\$ 599,40
17	186961	203145	GRAMPO PARA GRAMPEADOR, GALVANIZADO, MEDINDO 9/10MM	20	CAIXA COM 5.000 UNIDADE	R\$ 30,00	R\$ 600,00
18	42048	203144	GRAMPO PARA GRAMPEADOR, GALVANIZADO, MEDINDO 26/6	150	CAIXA COM 5.000 UNIDADES	R\$ 8,95	R\$ 1.342,50
			LIVRO ATA DE PAPELARIA, MEDINDO (220X320)MM VERTICAL, CAPA PESANDO 1250G/M², REVESTIDA COM				

19	1229168	469001	PAPEL KRAFT, PESANDO 80G/M², NA COR PRETA, COM 100 FLS (NUMERADAS), PAPEL OFF-SET, PESANDO 56G/M²	100	UNIDADE	R\$ 17,80	R\$ 1.780,00
20	2341077	354898	CANETA PERMANENTE, CORPO EM POLIPROPILENO (PP) RÍGIDO, PONTA DE 1,0 MM, NA COR AZUL, MAIS UTILIZADA EM CD, CONDICIONADO EM EMBALAGEM ADEQUADA	50	UNIDADE	R\$ 8,88	R\$ 444,00
21	2903881	461828	PAPEL SULFITE DE PAPELARIA, GRAMATURA 75G/M², FORMATO A4, MEDINDO (210X297)MM, ALVURA MÍNIMA DE 90%, CONFORME NORMA ISO, OPACIDADE MÍNIMA DE 87%, UNIDADE ENTRE 3,5% (+/-1,0), CONFORME NORMA TAPPI, CORTE ROTATIVO, PH ALCALINO COR BRANCO, EMBALAGEM REVESTIDA EM BOPP, PRODUTO COM CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL FSC OU CERFLOR/PEFC, COM SELO E CÓDIGO DE LICENÇA IMPRESSOS NA EMBALAGEM	2000	EMBALAGEM COM 500 FOLHAS	R\$ 20,00	R\$ 40.000,00
22	46752	202040	PINCEL ATÔMICO, NA COR AZUL, COM PONTA DE FELTRO REDONDA, DO TIPO DESCARTÁVEL	368	UNIDADE	R\$ 3,00	R\$ 1.104,00
23	46779	202041	PINCEL ATÔMICO, NA COR PRETA, COM PONTA DE FELTRO REDONDA, DO TIPO DESCARTÁVEL	100	UNIDADE	R\$ 3,03	R\$ 303,00
24	1779788	344040	PLÁSTICO POLASEAL PARA PLASTIFICAÇÃO, COMPOSTO DE POLIÉSTER NA PARTE EXTERNA E POLIETILENO NA PARTE INTERNA, APRESENTANDO SOLDA EM UMA DAS LATERAIS E COM 3 PARTES DE POLIÉSTER E 2 PARTES DE POLIETILENO, MEDINDO (66 X 99)MM, ESPESSURA COM 0,005 MÍCRON, EMBALADO EM SACO PLÁSTICO APROPRIADO	50	PACOTE COM 100 UNIDADES	R\$ 79,50	R\$ 3.975,00
25	2926415	622665	PRANCHETA PORTÁTIL, DE ACRÍLICO, TAMANHO 1/2 OFÍCIO, COM PRENDEDOR DE PRESSÃO, METÁLICO, NA COR CRISTAL	20	UNIDADE	R\$ 16,00	R\$ 320,00
26	5122708	299740	RELÓGIO DE ESCRITÓRIO, DE POLIPROPILENO, COM ARO PRETO, ACRÍLICO FRONTAL DE PROTEÇÃO, MOSTRADOR BRANCO, MODELO DE PAREDE, MEDINDO 40 CM DE DIÂMETRO, 5 CM DE ARO, FUNCIONAMENTO À PILHA TAMANHO AA, ALGARISMOS ARÁBICOS PRETO, PONTEIROS DE HORAS E MINUTOS	12	UNIDADE	R\$ 55,63	R\$ 667,56
27	3387259	416510	TINTA PARA CARIMBO, NA COR PRETA, À BASE DE ÁGUA; PARA CARIMBO AUTO ENTINTADOR; COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES	30	FRASCO 40ML	R\$ 12,85	R\$ 385,50

VALOR TOTAL: R\$ 69.998,96

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto Estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar **(ETP) nº 27/2026**, elaborado nos termos do Decreto Estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto Estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **30 (trinta) dias**, contados da **data de emissão da Nota de Empenho**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

Subcontratação

1.5. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar **(ETP) nº 27/2026**, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto ESTIMATIVAMENTE no Plano de Contratações Anual **2026**, nos termos do Decreto Estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

PCA 2026

Contratação nº 380117-19/2026

DFD nº 45/2025

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar **(ETP) nº 27/2026**, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles inseridos na descrição do objeto.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.2. Na presente contratação não haverá indicação de quaisquer marcas e/ou modelos, de acordo com as justificativas contidas no Estudo Técnico Preliminar **(ETP) nº 26/2026**.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3. Na presente contratação não haverá vedação de marca e/ou modelo, desde que os mesmos atendam plenamente as especificações técnicas do objeto contidas no item 1.1 deste Termo de Referência.

Da exigência de amostra(s)

4.4. Não haverá exigência de apresentação de amostra(s).

Da exigência de carta de solidariedade

4.5. Não haverá exigência de apresentação de carta de solidariedade.

Garantia da contratação

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar **(ETP) nº 26/2026**.

Reserva de cota para ME/EPP/EQUIPARADAS

4.7. Em cumprimento ao inciso III do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006, para **todos os itens** desta contratação a participação é **exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte (ME e EPP)**, observando o limite legal, conforme o detalhamento constante deste Termo de Referência.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de **30 (trinta) dias**, em **remessa única**.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no(s) seguinte(s) endereço(s): Complexo Penal de Pirajuí – **Almoxarifado da Penitenciária 01** – Estrada Vicinal Prefeito Aníbal Haman, km 6, s/nº, Bairro Aeroporto, Zona Rural – Pirajuí (SP), CEP: 16.602-900.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.5. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.6. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.7. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.8. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.9. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito **no prazo de até 15 (quinze) dias úteis**, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.10. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar fornecedor diverso para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.11. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.12. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo presidente e membros da Comissão de Recebimento de Materiais e/ou Serviços, e/ou pelos respectivos suplentes (Lei Federal nº 14.133, de 2021, art. 117, caput). Eles também serão responsáveis pela emissão dos atestados de recebimento provisório e definitivo dos materiais e/ou serviços constantes nas notas fiscais.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos **no prazo de 15 (quinze) dias úteis**, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá **no prazo de 2 (dois) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. No caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de **até 5 (cinco) dias úteis**.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.9.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.14. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de **30 (trinta) dias**, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto Estadual nº 67.608, de 2023.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto Estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto Estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado **no Banco do Brasil S/A**.

7.20.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais–CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.24. A presente contratação **não** permite a antecipação de pagamento parcial e/ou total.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORN.

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será com **entrega imediata (única)**.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. Sociedade empresária: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.11. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.12. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.13. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.14. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.15. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, [e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN,] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.16. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.17. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.18. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

Qualificação Técnica

8.19. Comprovação de capacidade operacional para execução de fornecimento similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

8.19.1. Para fins da comprovação de que trata a subdivisão acima, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s).

8.19.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

8.19.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado total da contratação é de **R\$ 69.998,96 (sessenta e nove mil novecentos e noventa e oito reais e noventa e seis centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto Estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: **00001/380117**;

II) Fonte de Recursos: **150010001**;

- III) Programa de Trabalho: **14.421.3815.6146.0000**;
- IV) **PTRES 380304 - Suporte Administrativo em Apoio à Custódia e à Reintegração**
- V) Elemento de Despesa: **339030-41**;
- VI) Plano Interno: **007.008.0538**

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Pirajuí (SP), na data da assinatura digital.

VAGNER GULMINI

CPF: 336.498.688-65

Chefe de Seção de Finanças e Suprimentos

CLEUBER FERREIRA MANTOVANINI JUNIOR

CPF: 289.821.488-41

Chefe de Departamento de Complexo Penal

Modelo conforme:

Administração Pública do Estado de São Paulo

Minuta padronizada. Análise técnica: Subsecretaria de Gestão. Exame jurídico: PGE

Termo de Referência - Aquisição - Licitação

Versão atualizada em: **01/01/2026**

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

VAGNER GULMINI

Chefe de Serviço de Administração



Assinou eletronicamente em 25/06/2026 às 16:06:34.

Despacho: Aprovo o Termo de Referência (TR) nº88/2026 e autorizo o prosseguimento da contratação, observando-se os dispositivos legais vigentes.

CLEUBER FERREIRA MANTOVANINI JUNIOR

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 25/06/2026 às 16:16:33.

ESP-COMPLEXO PENAL DE PIRAJUÍ

Documento de Formalização de Demanda 87/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
87/2026	380117-ESP-COMPLEXO PENAL DE PIRAJUÍ	VAGNER GULMINI	25/06/2026 14:17 (v 0.4)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	19/2026	006.00279045/2026-93

Informações preliminares

Objeto:	
Aquisição de MATERIAL DE ESCRITÓRIO , com entrega única, visando atender as necessidades do Complexo Penal de Pirajuí	
Órgão:	Polícia Penal - Secretaria da Administração Penitenciária
Setor Requisitante (Unidade/Setor/Departamento):	Complexo Penal de Pirajuí - Serviço de Administração
Responsável pela demanda:	Ricardo Luizão Garzim Email: rlgarzim@sap.sp.gov.br Telefone: (14) 3572-2920 ramal 201

Data pretendida para a conclusão da contratação: 20/07/2026

Previsão de prazo de execução, após celebração do contrato: 30 dias

Grau de prioridade da contratação: alta

1. Descrição sucinta do objeto

1.1. Solicitação de aquisição de **MATERIAL DE ESCRITÓRIO, COM ENTREGA ÚNICA**, nos termos da tabela abaixo:

ITEM	CÓD. SIAFÍSICO	CÓD. COMPRAS	MATERIAL	QTD	UNID	VALOR UNITÁRIO	SUBTOTAL
1	2490145	254473	BARBANTE Nº 8	50	QUILOGRAMA	R\$ 27,50	R\$ 1.375,00
2	3426491	318729	CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL	300	UNIDADE	R\$ 0,79	R\$ 237,00
3	3432173	392277	CANETA ESFEROGRÁFICA PRETA	150	UNIDADE	R\$ 0,87	R\$ 130,50
4	2649713	356693	COLA BASTÃO	50	UNIDADE	R\$ 7,12	R\$ 356,00
5	6333745	622132	COLA LÍQUIDA	50	BISNAGA DE 90 GRAMAS	R\$ 7,00	R\$ 350,00
6	3145301	353160	CORRETIVO TIPO FITA	50	UNIDADE	R\$ 9,27	R\$ 463,50
7	2443279	459310	ENVELOPE SACO KRAFT PARDO 176X250MM	5.000	UNIDADE	R\$ 0,47	R\$ 2.350,00
8	1840061	459338	ENVELOPE SACO KRAFT PARDO 260X360MM	5.000	UNIDADE	R\$ 0,75	R\$ 3.750,00
9	6356540	479661	ENVELOPE SACO KRAFT PARDO 37X47CM	3.000	UNIDADE	R\$ 1,45	R\$ 4.350,00
10	46701	278811	EXTRATOR DE GRAMPOS	50	UNIDADE	R\$ 1,56	R\$ 78,00
11	4860454	323863	FITA ADESIVA CREPE BRANCA 24MM X 50M	200	ROLO	R\$ 5,40	R\$ 1.080,00
12	4421140	391988	FITA ADESIVA CREPE BRANCA 48MM X 50M	100	ROLO	R\$ 10,47	R\$ 1.047,00
13	6034462	424510	FITA ADESIVA MARROM 45MM X 40M	200	ROLO	R\$ 6,85	R\$ 1.370,00
14	140503	467552	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 45 MM X 50 M	300	ROLO	R\$ 4,57	R\$ 1.371,00
15	3163288	324240	GRAMPEADOR 9/10	4	UNIDADE	R\$ 42,50	R\$ 170,00

16	2373343	298055	GRAMPEADOR 26/6	30	UNIDADE	R\$ 19,98	R\$ 599,40
17	186961	203145	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 9/10	20	CAIXA COM 5.000 UNIDADE	R\$ 30,00	R\$ 600,00
18	42048	203144	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 26/6	150	CAIXA COM 5.000 UNIDADES	R\$ 8,95	R\$ 1.342,50
19	1229168	469001	LIVRO ATA 100 FOLHAS	100	UNIDADE	R\$ 17,80	R\$ 1.780,00
20	2341077	354898	MARCADOR PERMANENTE AZUL	50	UNIDADE	R\$ 8,88	R\$ 444,00
21	2903881	461828	PAPEL SULFITE A4 GRAMATURA 75	2000	EMBALAGEM COM 500 FOLHAS	R\$ 20,00	R\$ 40.000,00
22	46752	202040	PINCEL ATÔMICO AZUL	368	UNIDADE	R\$ 3,00	R\$ 1.104,00
23	46779	202041	PINCEL ATÔMICO PRETO	100	UNIDADE	R\$ 3,03	R\$ 303,00
24	1779788	344040	PLÁSTICO POLASEAL 66 X 99MM	50	PACOTE COM 100 UNIDADES	R\$ 79,50	R\$ 3.975,00
25	2926415	622665	PRANCHETA ACRÍLICA PEQUENA	20	UNIDADE	R\$ 16,00	R\$ 320,00
26	5122708	299740	RELÓGIO DE PAREDE	12	UNIDADE	R\$ 55,63	R\$ 667,56
27	3387259	416510	TINTA PARA CARIMBO AUTOMÁTICO	30	FRASCO 40ML	R\$ 12,85	R\$ 385,50

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 69.998,96

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

2. Justificativa da necessidade

2.1. A contratação se faz necessária para atender demanda do **Serviço de Administração**.

JUSTIFICATIVAS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ESCRITÓRIO, COM ENTREGA ÚNICA.

A aquisição de materiais de escritório por meio de Pregão Eletrônico mostra-se necessária para garantir o regular funcionamento das atividades administrativas, operacionais e de gestão desenvolvidas no Complexo Penal de Pirajuí. Tais materiais são essenciais para a execução de procedimentos administrativos, elaboração de documentos, registros, controles internos, processos disciplinares, atividades de recursos humanos, saúde, segurança, assistência social, educação prisional e demais setores que compõem a unidade.

O Complexo Penal de Pirajuí possui elevada demanda de consumo desses materiais em razão da grande quantidade de servidores, colaboradores e setores administrativos existentes, tornando indispensável a manutenção de estoque adequado para assegurar a continuidade dos serviços públicos prestados. A ausência ou insuficiência desses itens pode comprometer atividades essenciais, ocasionando atrasos processuais, prejuízos ao controle administrativo e impactos negativos na gestão da unidade prisional.

A contratação por meio da modalidade Pregão Eletrônico é a alternativa mais adequada para a aquisição dos materiais pretendidos, por se tratar de bens comuns, cujas especificações podem ser objetivamente definidas no Termo de Referência, possibilitando ampla competitividade entre fornecedores, maior transparência, economicidade e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.

Além disso, a contratação encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) 2026, estando alinhada ao planejamento institucional e às necessidades previamente identificadas pela Administração. O PCA tem como finalidade racionalizar as contratações, promover maior eficiência na gestão dos recursos públicos, evitar o fracionamento de despesas e garantir compatibilidade entre as demandas administrativas e a disponibilidade orçamentária.

A realização da licitação permitirá a formação de contrato para fornecimento dos materiais necessários durante o exercício, assegurando o abastecimento contínuo dos diversos setores do Complexo Penal de Pirajuí, evitando interrupções nas atividades administrativas e contribuindo para a eficiência da gestão pública.

Justificativa da Urgência

A contratação deve ser realizada em tempo hábil para evitar o esgotamento dos estoques atualmente disponíveis, situação que poderá comprometer o desenvolvimento das atividades administrativas essenciais da unidade. Considerando o tempo necessário para instrução processual, realização da licitação, homologação, contratação e entrega dos materiais, torna-se imprescindível a adoção antecipada das providências necessárias para garantir o abastecimento contínuo e ininterrupto dos setores atendidos.

Benefícios Esperados

- Garantia da continuidade das atividades administrativas do Complexo Penal;
- Atendimento adequado das demandas dos diversos setores da unidade;
- Maior eficiência e organização dos processos internos;
- Redução de aquisições emergenciais;
- Economia de recursos públicos mediante ampla concorrência;
- Planejamento adequado do consumo e reposição dos materiais;
- Conformidade com o PCA 2026 e com os princípios da Lei Federal nº 14.133/2021.

3. Estimativa de quantidade e valores

3.1. A estimativa de quantidades e valores da contratação está prevista no campo 1. Descrição sucinta do objeto, cujo valor total estimado é de **R\$ 69.998,96** (sessenta e nove mil novecentos e noventa e oito reais e noventa e seis centavos), **com entrega única**.

4. Vinculação ou dependência com outro DFD

4.1. A execução deste DFD tem dependência prévia com a execução de outros DFD, em cumprimento do disposto no artigo 4º do Decreto Estadual nº 67.689/2023, que regulamenta o inciso VII do artigo 12 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre o plano de contratações anual no âmbito da Administração Pública direta e autárquica.

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

5. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RICARDO LUIZAO GARZIM

Chefe de Serviço de Administração



Assinou eletronicamente em 25/06/2026 às 14:15:31.

Despacho: Em conformidade com a legislação que rege o tema, encaminhe-se à autoridade competente para análise de conveniência e oportunidade para a contratação e demais providências cabíveis.

VAGNER GULMINI

Chefe de Seção de Finanças e Suprimentos



Assinou eletronicamente em 25/06/2026 às 14:02:57.

Despacho: Autorizo a contratação constante no DFD nº 87/2026, observando-se os dispositivos legais vigentes. Encaminhe-se à Seção de Finanças e Suprimentos para providências que o caso requer.

CLEUBER FERREIRA MANTOVANINI JUNIOR

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 25/06/2026 às 14:17:00.

ESP-PENIT. DR.WALTER F.P. QUEIROZ

Documento de Formalização da Demanda 45/2025

Número do Documento de Formalização da Demanda: 45/2025

1. Informações Gerais

Área requisitante	Data da conclusão da contratação	UASG	Editado por
Centro Administrativo	30/04/2026 00:00	380117	RICARDO LUIZAO GARZIM
Descrição sucinta do objeto			
Aquisição de material de escritório			

2. Justificativa de Necessidade

A contratação em questão se faz necessária para atender demanda dos diversos setores da Unidade Prisional. O material é de suma importância para o suporte administrativo em apoio à custódia e à reintegração da pessoa privada de liberdade. Além disso podemos elencar:

Administração eficiente: A administração de um presídio requer uma quantidade significativa de documentação, incluindo registros de detentos, relatórios de incidentes, programações de visitas e muito mais. Ter os materiais de escritório necessários garante que essas tarefas possam ser realizadas de maneira eficiente.

Comunicação: Materiais de escritório, como papel e canetas, são necessários para a comunicação interna entre a equipe.

Conformidade legal: Manter registros precisos e atualizados é crucial para a conformidade com as regulamentações do sistema prisional e pode exigir uma variedade de materiais de escritório.

Portanto, a compra de materiais de escritório é uma parte necessária e justificada do orçamento de um presídio. É importante garantir que esses materiais sejam usados de maneira eficaz e eficiente para apoiar as operações do presídio.

3. Materiais/Serviços

3.1 Materiais

Nº do item	Classe	PDM	Descrição	Qtd	Val. unit. (R\$)	Val. total (R\$)
1	ARTIGOS PARA ESCRITÓRIO	AGENDA	CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CAPA EM PVC, COMPRIMENTO: 200, GRAMATURA: 63, LARGURA: 132, TIPO: PERMANENTE, TIPO PAPEL MIOLO: OFF SET Unidade de fornecimento: Unidade	20,00	39,90	798,00
2	ACESSÓRIOS E DISPOSITIVOS PARA ESCRITÓRIO	ALMOFADA CARIMBO	COMPRIMENTO: 12, COR: AZUL, LARGURA: 8, MATERIAL ALMOFADA: ESPONJA ABSORVENTE REVESTIDA DE TECIDO, MATERIAL CAIXA: PLÁSTICO, TAMANHO: Nº 3, TIPO: ENTINTADA Unidade de fornecimento: Unidade	20,00	9,80	196,00
3	ACESSÓRIOS E DISPOSITIVOS PARA ESCRITÓRIO	ALMOFADA CARIMBO	COMPRIMENTO: 115, COR: VERMELHA, LARGURA: 85, MATERIAL CAIXA: PLÁSTICO, TAMANHO: Nº 3, TIPO: ENTINTADA Unidade de fornecimento: Unidade	20,00	9,80	196,00
4	ACESSÓRIOS E DISPOSITIVOS PARA ESCRITÓRIO	ALMOFADA CARIMBO	COMPRIMENTO: 120, COR: PRETA, LARGURA: 90, MATERIAL CAIXA: PLÁSTICO, TAMANHO: Nº 3, TIPO: ENTINTADA Unidade de fornecimento: Unidade	20,00	9,80	196,00
5	ARTIGOS PARA ESCRITÓRIO	CAIXA ARQUIVO	CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TRAVA, COR: COLORIDO, DIMENSÃO (C X L X A): 36,0 X 13,5 X 25,0, IMPRESSÃO: PADRÃO, MATERIAL: PLÁSTICO CORRUGADO Unidade de fornecimento: Unidade	500,00	3,92	1.960,00
6	ACESSÓRIOS E DISPOSITIVOS PARA ESCRITÓRIO	CAIXA CORRESPONDÊNCIA	COMPRIMENTO: 350, COR: FUMÊ, LARGURA: 260, MATERIAL: ACRÍLICO, TIPO: SIMPLES Unidade de fornecimento: Unidade	10,00	16,20	162,00
7	ACESSÓRIOS E DISPOSITIVOS PARA ESCRITÓRIO	CAIXA CORRESPONDÊNCIA	ARTICULAÇÃO EM ACRÍLICO, COMPRIMENTO: 370, COR: FUMÊ, LARGURA: 260, MATERIAL: ACRÍLICO, TIPO: TRIPLA	10,00	65,30	653,00

8	ACESSÓRIOS E DISPOSITIVOS PARA ESCRITÓRIO	CAIXA CORRESPONDÊNCIA	Unidade de fornecimento: Unidade ALTURA: 100, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ARTICULAÇÃO METÁLICA, COMPRIMENTO: 370, COR: FUMÊ, LARGURA: 255, MATERIAL: ACRÍLICO, TIPO: DUPLA	10,00	46,80	468,00
9	ARTIGOS PARA ESCRITÓRIO	CANETA ESFEROGRÁFICA	Unidade de fornecimento: Unidade CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CORPO SEXTAVADO E TAMPA VENTILADA, COR TINTA: PRETA, MATERIAL: ACRÍLICO TRANSPARENTE, MATERIAL PONTA: ESFERA DE TUNGSTÊNIO, QUANTIDADE CARGAS: 1, TIPO ESCRITA: FINA	2,00	32,00	64,00
10	ARTIGOS PARA ESCRITÓRIO	CANETA ESFEROGRÁFICA	Unidade de fornecimento: Caixa CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CORPO SEXTAVADO, TAMPA VENTILADA, PONTA 1,00MM, COR TINTA: VERMELHA, MATERIAL: PLÁSTICO, MATERIAL PONTA: LATÃO COM ESFERA DE TUNGSTÊNIO, TIPO ESCRITA: GROSSA	2,00	45,90	91,80
11	ARTIGOS PARA ESCRITÓRIO	CANETA MARCA-TEXTO	Unidade de fornecimento: Caixa CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TRAÇO 4 MM, COR: AMARELA, MATERIAL: PLÁSTICO, TIPO PONTA: CHANFRADA	360,00	1,24	446,40
12	ARTIGOS PARA ESCRITÓRIO	CLIQUE	Unidade de fornecimento: Unidade CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COLORIDO, FORMATO: PARALELO, MATERIAL: AÇO INOX, TAMANHO: 2/0, TRATAMENTO SUPERFICIAL: PINTADO EM EPÓXI	50,00	2,58	129,00
13	ARTIGOS PARA ESCRITÓRIO	CLIQUE	Unidade de fornecimento: Caixa APLICAÇÃO: MATERIAL DE EXPEDIENTE, FORMATO: PARALELO, MATERIAL: ARAME DE AÇO, TAMANHO: 6/0, TRATAMENTO SUPERFICIAL: GALVANIZADO	20,00	3,40	68,00
14	ARTIGOS PARA ESCRITÓRIO	CLIQUE	Unidade de fornecimento: Caixa FORMATO: PARALELO, MATERIAL: ARAME DE AÇO, TAMANHO: 8/0, TRATAMENTO SUPERFICIAL: GALVANIZADO	20,00	3,90	78,00
15	ADESIVOS	COLA	Unidade de fornecimento: Caixa APLICAÇÃO: PAPEL E MADEIRA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ATÓXICA, COMPOSIÇÃO: POLIVINIL ACETATO - PVA, COR: BRANCA, TIPO: LÍQUIDO	10,00	17,38	173,80
16	ARTIGOS PARA ESCRITÓRIO	COLCHETE FIXAÇÃO	Unidade de fornecimento: Frasco APLICAÇÃO: PROCESSOS, MATERIAL: METAL, TAMANHO: Nº 12, TRATAMENTO SUPERFICIAL: LATONADO	20,00	10,00	200,00
17	ARTIGOS PARA ESCRITÓRIO	COLCHETE FIXAÇÃO	Unidade de fornecimento: Caixa MATERIAL: AÇO, TAMANHO: Nº 6, TRATAMENTO SUPERFICIAL: LATONADO	20,00	3,40	68,00
18	ARTIGOS PARA ESCRITÓRIO	COLCHETE FIXAÇÃO	Unidade de fornecimento: Caixa MATERIAL: AÇO, TAMANHO: Nº 15, TRATAMENTO SUPERFICIAL: LATONADO	20,00	10,00	200,00
19	ARTIGOS PARA ESCRITÓRIO	COLCHETE FIXAÇÃO	Unidade de fornecimento: Caixa APLICAÇÃO: PROCESSOS, MATERIAL: METAL, TAMANHO: Nº 10, TRATAMENTO SUPERFICIAL: LATONADO	20,00	5,00	100,00
20	ARTIGOS PARA ESCRITÓRIO	CORRETIVO FITA	Unidade de fornecimento: Caixa CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MECANISMO ANTI TRAVAMENTO, BASE RESINA E DIÓXIDO, COMPRIMENTO: 12, LARGURA: 4,20, MATERIAL: BASE RESINA	100,00	5,81	581,00
21	Artigos Para Escritório	Envelope	Unidade de fornecimento: Unidade cor: ouro, gramatura: 80, material: kraft, modelo: saco padrão, tamanho (c x l): 200 x 280	5,00	30,00	150,00
22	Artigos Para Escritório	Envelope	Unidade de fornecimento: Centena cor: ouro, gramatura: 80, material: kraft, modelo: saco padrão, tamanho (c x l): 310 x 410	10,00	88,72	887,20
23	Artigos Para Escritório	Envelope	Unidade de fornecimento: Centena cor: ouro, gramatura: 80, material: kraft, modelo: saco padrão, tamanho (c x l): 260 x 360	1.000,000,71		710,00
24	Artigos Para Escritório	Envelope	Unidade de fornecimento: Unidade cor: parda, gramatura: 90, material: kraft, modelo: saco padrão, tamanho (c x l): 185 x 248	5,00	23,00	115,00
25	Acessórios E Dispositivos Para Escritório	Extrator Grampo	Unidade de fornecimento: Centena material: metal, tipo: espátula, tratamento superficial: niquelado	10,00	6,90	69,00
26	Artigos Para Escritório	Fita Adesiva	Unidade de fornecimento: Unidade	30,00	1,66	49,80

			comprimento: 50, cor: incolor, largura: 19, material: acetato, tipo: monoface Unidade de fornecimento: Unidade			
27	Artigos Para Escritório	Fita Adesiva	aplicação: multiuso, comprimento: 50, cor: incolor, largura: 45, material: polipropileno transparente, tipo: monoface Unidade de fornecimento: Unidade	100,00	2,75	275,00
28	Artigos Para Escritório	Fita Adesiva	comprimento: 50, largura: 18, material: crepe, tipo: monoface Unidade de fornecimento: Unidade	20,00	20,00	400,00
29	Artigos Para Escritório	Fita Adesiva	comprimento: 30, largura: 24, material: adesivo acrílico, tipo: dupla face Unidade de fornecimento: Unidade	20,00	5,60	112,00
30	Acessórios E Dispositivos Para Escritório	Grampeador	capacidade: 30, características adicionais: apoio emborrachado, material: metal, tamanho grampo: 26/6, tipo: alicate Unidade de fornecimento: Unidade	20,00	22,57	451,40
31	ARTIGOS PARA ESCRITÓRIO	GRAMPO GRAMPEADOR	MATERIAL: METAL, TAMANHO: 26/6, TRATAMENTO SUPERFICIAL: NIQUELADO, USO: GRAMPEADOR DE MESA Unidade de fornecimento: Caixa	50,00	5,00	250,00
32	FORMULÁRIOS PADRONIZADOS	LIVRO ATA	CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CAPA DURA NA COR PRETA, NUMERADAS E PAUTADAS, COMPRIMENTO: 310, GRAMATURA: 56, LARGURA: 220, MATERIAL: OFF-SET BRANCO, QUANTIDADE FOLHAS: 100 Unidade de fornecimento: Unidade	20,00	15,90	318,00
33	FORMULÁRIOS PADRONIZADOS	LIVRO ATA	CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CAPA DURA /NUMERADO/SEM MARGENS, COMPRIMENTO: 298, GRAMATURA: 56, LARGURA: 203, MATERIAL: PAPEL ALTA ALVURA, QUANTIDADE FOLHAS: 200 Unidade de fornecimento: Unidade	20,00	25,00	500,00
34	ACESSÓRIOS E DISPOSITIVOS PARA ESCRITÓRIO	MOLHA-DEDO	CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: NÃO CONTÉM GLICERINA E NÃO MANCHA, COMPOSIÇÃO: ÁCIDO GRAXO, GLICÓIES E ESSÊNCIAS, MATERIAL BASE: PLÁSTICO, MATERIAL CARGA: CREME ATÓXICO, MATERIAL TAMP: PLÁSTICO, VALIDADE CARGA: 1 ANO Unidade de fornecimento: Caixa	1,00	22,00	22,00
35	PAPÉIS E PAPELÕES	PAPEL PARA IMPRESSÃO FORMATADO	CARACTERÍSTICA ADICIONAL: ALVURA SUPERIOR, COR: BRANCO, GRAMATURA: 75, TAMANHO (C X L): 297 X 210, TIPO: SULFITE/APERGAMINHADO/OFÍCIO Unidade de fornecimento: Embalagem	100,00	18,25	1.825,00
36	ARTIGOS PARA ESCRITÓRIO	PASTA ARQUIVO	ALTURA: 350, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: REVESTIDA DENTRO E FORA DE PLÁSTICO DURO /ACABAMEN-, COR: AZUL, LARGURA: 285, LOMBADA: 70, TIPO: AZ, PRENDEDOR INTERNO: FERRAGEM REMOVÍVEL Unidade de fornecimento: Unidade	30,00	17,80	534,00
37	ARTIGOS PARA ESCRITÓRIO	PASTA ARQUIVO	ALTURA: 330, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM ELÁSTICO, COR: AZUL, LARGURA: 245, LOMBADA: 2, MATERIAL: PLÁSTICO CORRUGADO FLEXÍVEL, TIPO: COM ABAS Unidade de fornecimento: Unidade	50,00	11,00	550,00
38	ARTIGOS PARA ESCRITÓRIO	PASTA ARQUIVO	APLICAÇÃO: ARMAZENAR DOCUMENTOS E IMPRESSOS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM ABA E ELÁSTICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 3: MODELO "L" / TRANSPARENTE, MATERIAL: PLÁSTICO, TAMANHO: OFÍCIO Unidade de fornecimento: Pacote	10,00	13,85	138,50
39	ARTIGOS PARA ESCRITÓRIO	PASTA ARQUIVO	ALTURA: 340, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 2: COM GRAMPO, COR: CRISTAL, LARGURA: 245, MATERIAL: PLÁSTICO, TIPO: SIMPLES Unidade de fornecimento: Pacote	300,00	2,35	705,00
40	Artigos Para Escritório	Pasta Arquivo	altura: 360, características adicionais: com mola e visor, cor: palha, gramatura: 300, largura: 240, material: papel kraft, tipo: suspensa Unidade de fornecimento: Unidade	10,00	22,80	228,00
41	Acessórios E Dispositivos Para Escritório	Perfurador Papel	capacidade perfuração: 25, funcionamento: manual, material: aço, tipo: grande, tratamento superficial: pintado Unidade de fornecimento: Unidade	20,00	3,78	75,60
42	Artigos Para Escritório	Pincel Atômico	cor tinta: vermelha, material: plástico, tipo carga: descartável, tipo ponta: chanfrada Unidade de fornecimento: Unidade			

44	Artigos Para Escritório	Pincel Atômico	cor tinta: preta, material: plástico, tipo carga: descartável, tipo ponta: feltro Unidade de fornecimento: Unidade	50,00	3,78	189,00
45	Artigos Para Escritório	Pincel Atômico	cor tinta: azul, material: plástico, tipo carga: descartável, tipo ponta: feltro Unidade de fornecimento: Unidade	50,00	3,78	189,00
46	Artigos Para Escritório	Pincel Quadro Branco / Magnético	cor: preta, azul, verde e vermelha, material: plástico, material ponta: náilon Unidade de fornecimento: Caixa	10,00	8,80	88,00
47	Equipamento Para Impressão, Duplicação E Encadernação	Filme Plastificação Documento	características adicionais: com solda, comprimento: 307, cor: preta, espessura: 0,05, largura: 220, material: polaseal Unidade de fornecimento: Pacote	20,00	69,00	1.380,00
48	Equipamento Para Impressão, Duplicação E Encadernação	Filme Plastificação Documento	características adicionais: com solda, comprimento: 80, cor: incolor, espessura: 007, largura: 110, material: polaseal Unidade de fornecimento: Pacote	10,00	16,40	164,00
49	Artigos Para Escritório	Papel Recado Auto-Adesivo	comprimento: 50, gramatura: 90, largura: 38, material: celulose vegetal acrílica com adesivo Unidade de fornecimento: Pacote	50,00	4,50	225,00
50	Artigos Para Escritório	Tinta Para Carimbo	aplicação: almofada, aspecto físico: líquido, componentes: água, pigmentos, cor: azul, capacidade frasco: 40 Unidade de fornecimento: Frasco	10,00	2,36	23,60
51	ARTIGOS PARA ESCRITÓRIO	TINTA PARA CARIMBO	APLICAÇÃO: ALMOFADA, ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO, COMPONENTES: ÁGUA, PIGMENTOS, COR: PRETA, CAPACIDADE FRASCO: 40 Unidade de fornecimento: Frasco	10,00	2,36	23,60
52	MATERIAIS A GRANEL PARA ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	LACRE SEGURANÇA	APLICAÇÃO: FECHAMENTO DE MALOTES, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: NUMERADO, COMPRIMENTO: 23, MATERIAL: PLÁSTICO, TIPO: ESPINHA DE PEIXE Unidade de fornecimento: Pacote	3,00	114,00	342,00
53	BATERIAS NAO RECARREGÁVEIS	PILHA	CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: NÃO RECARREGÁVEL, MODELO: AA, SISTEMA ELETROQUÍMICO: ALCALINA, TAMANHO: PEQUENA, TENSÃO NOMINAL: 1,5 Unidade de fornecimento: Embalagem	200,00	5,80	1.160,00
54	BATERIAS NAO RECARREGÁVEIS	PILHA	CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: NÃO RECARREGÁVEL, MODELO: AAA, SISTEMA ELETROQUÍMICO: ALCALINA, TAMANHO: PALITO, TENSÃO NOMINAL: 1,5 Unidade de fornecimento: Embalagem	50,00	9,54	477,00

3.2 Serviços

Nenhum serviço incluído.

4. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RICARDO LUIZAO GARZIM
Chefe do Serviço de Administração

5. Acompanhamento

Id	Acompanhamento	Responsável	Data
1	AJUSTE	RICARDO LUIZAO GARZIM	29/06/2025 23:37

6. Relacionamentos

Nenhum relacionamento encontrado.

ESP-COMPLEXO PENAL DE PIRAJUÍ

Estudo Técnico Preliminar 27/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 006.00279045/2026-93

2. Descrição da necessidade

2.1. O Complexo Penal de Pirajuí desenvolve atividades administrativas, operacionais, de segurança, saúde, assistência social, educação, recursos humanos, finanças, almoxarifado e gestão prisional que demandam o uso contínuo de materiais de escritório.

Esses materiais são indispensáveis para a elaboração de documentos oficiais, controles administrativos, registros de movimentação de pessoas privadas de liberdade, processos disciplinares, relatórios gerenciais, atividades de expediente e demais rotinas administrativas necessárias ao funcionamento da unidade.

A inexistência ou insuficiência desses materiais compromete diretamente a eficiência dos serviços prestados, podendo ocasionar atrasos processuais, prejuízos aos controles internos e descontinuidade das atividades administrativas.

Diante da natureza continuada do consumo e da necessidade de manutenção dos estoques institucionais, faz-se necessária a realização de procedimento licitatório visando garantir o fornecimento regular dos materiais ao longo do exercício.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Serviço de Administração	Ricardo Luizão Garzim

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A contratação pretendida deverá observar todos os elementos do Edital de Pregão Eletrônico e seus anexos, inclusive o Termo de Referência, que dispõe sobre as descrições do objeto e condições para seu fornecimento, assim como o contrato, no caso presente, substituído pela nota de empenho.

Os materiais deverão:

- Ser novos, sem uso e de primeiro fornecimento;
- Atender às especificações técnicas definidas no Termo de Referência;
- Possuir padrão de qualidade compatível com as necessidades da Administração;
- Ser entregues em perfeitas condições de uso;
- Observar as normas técnicas aplicáveis aos respectivos produtos;
- Possuir garantia contra defeitos de fabricação quando aplicável;
- Ser entregues nos prazos estabelecidos contratualmente.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Os itens indicados para compra foram definidos de acordo com as necessidades deste Complexo Penal, mediante consulta ao estoque do almoxarifado das Unidades 1 e 2, e ao catálogo de materiais disponível no sistema Compras.gov.br, em consonância com as descrições individualizadas constantes no Catálogo Siafísico, **prevalecendo por escolha mais apropriada às nossas necessidades, o que consta na descrição dos respectivos itens no catálogo Siafísico.** Foi realizada pesquisa de preços do(s) item(ns), de forma similar, no Sistema Compras.gov, com os demonstrativos de valores contratados e praticados por outros órgãos públicos das esferas municipal, estadual e federal em período de tempo recente, para possibilitar a definição do valor referencial do respectivo item de material a ser licitado. Diante disso, o valor referencial equivalerá ao valor da mediana do respectivo item similar obtido no referido sistema, conforme consulta ao **Relatório nº 42/2026**, anexo aos autos.

Foram analisadas as alternativas disponíveis para atendimento da necessidade:

Alternativa 1 – Aquisições Diretas Eventuais

Não recomendada, pois gera maior custo administrativo, reduz a competitividade e dificulta o planejamento das aquisições.

Alternativa 2 – Dispensas de Licitação Fracionadas

Não recomendada por contrariar os princípios do planejamento e da economicidade, além de poder caracterizar fracionamento indevido de despesa.

Alternativa 3 – Pregão Eletrônico

Alternativa considerada mais adequada por proporcionar:

- Ampla competitividade;
- Maior transparência;
- Economicidade;
- Padronização dos materiais;
- Atendimento integral da demanda;
- Seleção da proposta mais vantajosa.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. O objeto, caracterizado como de natureza comum, será adquirido em conformidade com os regramentos estabelecidos pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, mediante procedimento licitatório na modalidade pregão, do tipo menor preço, através do sistema Compras.gov.br, de responsabilidade do Governo Federal.

6.2. O(s) item(ns) **será(ão) fornecido(s) de maneira integral, com entrega única**, visando atender as necessidades do Complexo Penal de Pirajuí, composto pela Penitenciária "Dr. Walter Faria Pereira de Queiroz" (Unidade Prisional 1), a Penitenciária "Luiz Gonzaga Vieira" (Unidade Prisional 2) e a Base de Escolta 14.

6.3. A solução consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais de escritório destinados aos diversos setores do Complexo Penal de Pirajuí, mediante Pregão Eletrônico.

6.4. O fornecimento deverá atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas pela Administração, garantindo a disponibilidade dos materiais necessários para a execução das atividades institucionais.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. As quantidades serão definidas com base:

- No histórico de consumo dos exercícios anteriores;
- Nas demandas apresentadas pelos diversos setores da unidade;
- No número de servidores e colaboradores atendidos;
- Na previsão de consumo para o período de vigência contratual;
- Na necessidade de manutenção de estoque mínimo para atendimento contínuo das atividades administrativas.

Os quantitativos detalhados serão especificados no Termo de Referência.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 69.998,96

8.1. O valor estimado da contratação será obtido mediante pesquisa de preços realizada conforme os critérios estabelecidos pela legislação vigente, utilizando:

- Contratações similares realizadas pela Administração Pública;

O valor final constará do Mapa Comparativo de Preços e do Termo de Referência.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Em acolhimento ao disposto no artigo 40, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, o item pretendido **será licitado por valor unitário, e a entrega será imediata e integral, de parcela única**, visando o aproveitamento das peculiaridades do mercado a fim de fomentar a ampliação da disputa entre os licitantes, para obtenção da proposta mais vantajosa, conferindo maior economicidade à Administração.

A contratação poderá ser realizada por itens, possibilitando a participação de maior número de fornecedores e ampliando a competitividade do certame, sem prejuízo da padronização e da eficiência do fornecimento.

Tal medida possibilita que empresas especializadas em determinados grupos de materiais participem da disputa, favorecendo a obtenção de melhores preços para a Administração.

O parcelamento não compromete a execução contratual nem gera prejuízo técnico ou econômico à Administração.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não se aplica.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Em cumprimento do Decreto Estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, que regulamenta o inciso VII do artigo 12 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o plano de contratações anual no âmbito da Administração Pública direta e autárquica, justifica-se a presente aquisição com previsão no PCA 2026, conforme referências abaixo:

Contratação nº **380117-19/2026**

A contratação, portanto, está alinhada ao Plano de Contratações Anual – PCA 2026 e às diretrizes institucionais da Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo.

A aquisição visa assegurar os meios necessários para a continuidade das atividades administrativas e operacionais da unidade, promovendo eficiência administrativa, racionalização de recursos públicos e adequado planejamento das contratações.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Com a contratação pretende-se:

- Garantir a continuidade das atividades administrativas;
- Manter abastecidos os setores da unidade;
- Evitar interrupções dos serviços internos;
- Melhorar a eficiência operacional;
- Reduzir aquisições emergenciais;
- Promover economicidade na aplicação dos recursos públicos;
- Assegurar adequado planejamento do consumo de materiais.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Previamente à contratação, deverá ocorrer a formalização dos trâmites administrativos relacionados à instrução processual, dentre estes, a definição do objeto, análises prévias, pesquisa de preços, verificação da disponibilidade orçamentária, autorização da autoridade superior, realização do procedimento licitatório, publicidade dos atos, observadas as diretrizes estabelecidas pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais regramentos aplicáveis.

Para viabilização da contratação deverão ser adotadas as seguintes providências:

- Elaboração do Termo de Referência;
- Realização da pesquisa de preços;
- Reserva de recursos orçamentários;
- Elaboração do edital;
- Designação dos agentes responsáveis pela condução do certame;
- Acompanhamento e fiscalização da execução contratual.

Não há necessidade de adaptações estruturais ou capacitação específica dos servidores para utilização dos materiais.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Os itens indicados para compra foram definidos de acordo com as necessidades deste Complexo Penal, mediante consulta ao catálogo de materiais disponível no sistema Compras.gov.br, em consonância com as descrições individualizadas constantes na Bolsa Eletrônica de Compras - BEC/SP e no Catálogo Siafísico, onde constam as normas vigentes a serem observadas pela(s) contratada(s) para produção, armazenamento e transporte dos materiais, incluindo critérios de sustentabilidade.

Sempre que possível serão priorizados materiais:

- Produzidos com matéria-prima reciclada;
- Recicláveis após o uso;
- Com menor impacto ambiental;
- Fornecidos em embalagens adequadas e com redução de resíduos.

Os resíduos gerados serão destinados conforme as práticas de gestão ambiental adotadas pela Administração.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando a necessidade permanente de utilização de materiais de escritório para o desenvolvimento das atividades administrativas e operacionais do Complexo Penal de Pirajuí, conclui-se que a contratação é necessária, viável e vantajosa para a Administração.

A realização da aquisição por meio de Pregão Eletrônico atende aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, competitividade e interesse público, sendo a solução mais adequada para suprir as demandas institucionais da unidade.

Dessa forma, manifesta-se favoravelmente ao prosseguimento da contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RICARDO LUIZAO GARZIM

Chefe de Serviço de Administração



Assinou eletronicamente em 25/06/2026 às 14:50:06.

VAGNER GULMINI

Chefe de Seção de Finanças e Suprimentos



Assinou eletronicamente em 25/06/2026 às 15:51:42.

Despacho: Aprovo o Estudo Técnico Preliminar (ETP) nº 27/2026 e autorizo o prosseguimento da contratação sob nº 380117-19/2026, observando-se os dispositivos legais vigentes.

CLEUBER FERREIRA MANTOVANINI JUNIOR

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 25/06/2026 às 14:51:00.



DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 26 de abril de 2024 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

RESOLUÇÃO SAP N.º 49/2024, DE 17/4/2024 - RETIFICADA

RESOLUÇÃO SAP n.º 49/2024

Dispõe e regulamenta os procedimentos sancionatórios no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária e dá providências correlatas.

O Secretário da Administração Penitenciária, no exercício de suas atribuições legais, e considerando as alterações introduzidas pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às contratações públicas, bem como, a necessidade de adequar os processos sancionatórios ao que dispõem os artigos 155 a 163 do referido diploma legal, resolve:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações administrativas e em outros ajustes regidos pela Lei n.º 14.133/21 (LLCA), deverá obedecer ao disposto nesta Resolução.

Artigo 2º - O licitante ou contratado, ou quem mantenha vínculo obrigacional para com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Administração Penitenciária, que incidir nas infrações relacionadas no artigo 155 da LCCA, ficará sujeito às sanções administrativas do artigo 156 do mesmo diploma legal.

Parágrafo único - Em caso de atraso injustificado, a multa de mora será aplicada de acordo com os parâmetros também fixados nesta Resolução em disposição própria.

Artigo 3º - Serão aplicadas as seguintes sanções administrativas:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta, Autarquias e Fundações do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 1º - A multa será aplicada nos casos de atraso injustificado na execução do contrato e na inexecução parcial ou total do contrato.

§ 2º - A aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados, devidamente apurado.

§ 3º - As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

Artigo 4º - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 3º, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida, bem como, os danos que dela provierem para o contratante;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme as normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 1º - São consideradas circunstâncias agravantes na aplicação da sanção:

1. a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2. a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3. a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4. a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;

5. a reincidência na infração;

6. a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

§ 2º - São circunstâncias atenuantes da sanção:

1. a falha escusável do licitante ou contratado;

2. a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

3. a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de dolo;

4. a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

CAPÍTULO II DAS SANÇÕES

Seção I – Da Advertência

Artigo 5º - A advertência será aplicada ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração, que justifique a imposição de penalidade mais grave.

Seção II – Da Multa

Artigo 6º - A multa prevista no inciso II do artigo 156, aplicável ao contratado ou licitante por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155, ambos da LLCA, será calculada na forma desta Resolução ou na forma de eventual previsão específica distinta no edital ou no contrato, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

Artigo 7º - A inexecução parcial do ajuste sujeitará o contratado à multa, na seguinte conformidade:

I - No caso de obras e serviços de engenharia, 20% (vinte por cento) do saldo contratual não realizado;

II - No caso de aquisição de bens ou de contratação de prestação de serviços não contínuos, 15% (quinze por cento) do saldo contratual não realizado;

III - No caso de prestação de serviços contínuos, 30% (trinta por cento) por dia de inexecução, calculado sobre o valor diário do contrato.

Artigo 8º - A inexecução total do ajuste sujeitará o contratado à multa, na seguinte conformidade:

I - No caso de obras e serviços de engenharia e prestação de serviços contínuos, 10% (dez por cento) do valor do contrato;

II - No caso de aquisição de bens ou de contratação de prestação de serviços não contínuos, 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

Artigo 9º - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, além da sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e ainda, se for o caso, da imediata perda da garantia de proposta.

Artigo 10 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, nos termos do artigo 162 da LLCA, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil subsequente ao término do prazo estipulado, na seguinte conformidade:

I - no caso de aquisição de bens ou de prestação de serviços não contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias;

b) 1% (um por cento) ao dia, a partir do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia, aplicada em acréscimo à da alínea "a" supra;

c) Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso.

II - no caso de prestação de serviços contínuos, 30% (trinta por cento), calculados sobre o valor diário do contrato. Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução do contrato, sem prejuízo de que tal caracterização reste constada pela Administração em lapso temporal inferior, dadas as características do serviço prestado.

III - no caso de obras e serviços de engenharia, 1% (um por cento) na primeira ocorrência e 2% (dois por cento) quando houver reincidência, calculados sobre o valor correspondente ao saldo contratual não realizado.

Parágrafo único – Na contagem dos prazos referidos nos incisos I e II deste artigo serão considerados dias corridos.

Artigo 11 - A multa de mora poderá ser convertida em compensatória e promovida a extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

Artigo 12 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se for o caso, ou cobrada judicialmente.

Artigo 13 - Fica dispensada a instauração de processo administrativo sancionatório quando for constatado que a multa a ser imposta à contratada é irrisória.

Parágrafo único - Para os efeitos desta Resolução, é considerado irrisório o valor de multa igual ou inferior a 5 (cinco) UFESP, vigente para o exercício financeiro.

Artigo 14 - É obrigatória a instauração de processo administrativo sancionatório, mesmo para a hipótese de multa com valor irrisório:

I - em caso de constatação de conduta que, em tese, possa ensejar a aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e/ou declaração de inidoneidade ao contratado.

Artigo 15 - A dispensa referida no artigo 13 desta Resolução deve ser motivada pela autoridade competente para a sua aplicação e instruída com cálculo do valor da multa em tese cabível, possibilitando conferência pelos órgãos de controle, se o caso.

Artigo 16 - Os bens não aceitos e as obras ou serviços executados em desacordo com o estipulado deverão ser substituídos ou corrigidos dentro do prazo fixado pela contratante, em Edital e/ou Contrato, contado do recebimento da comunicação da recusa.

§ 1º - O pedido de prorrogação para entrega ou execução do objeto deverá ser apresentado, com a devida justificativa, antes do término do respectivo prazo.

§ 2º - A ausência de regularização do objeto dentro do prazo determinado ensejará a aplicação das sanções previstas nesta Resolução, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido.

Seção III – Do Impedimento de Licitar e Contratar

Artigo 17 - A sanção de impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, do “caput” do artigo 155 da LLCA, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, pelos seguintes prazos:

I - por 3 (três) meses, no caso de infração prevista no inciso IV do artigo 155;

II - por 6 (seis) meses, no caso de infrações previstas nos incisos V a VII do artigo 155;

III - por 1 (um) ano, no caso de infração prevista no inciso II do artigo 155;

IV - por 2 (dois) anos, no caso de infração prevista no inciso III do artigo 155;

Parágrafo único – Os prazos de que trata este artigo poderão ser reduzidos ou majorados, neste último caso até o prazo máximo de 3 (três) anos, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes.

Seção IV – Da Declaração de Inidoneidade

Artigo 18 - A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII a XII do “caput” do artigo 155 da LLCA, bem como, se estiver justificada a imposição de penalidade mais grave por aquelas previstas nos incisos II a VII do “caput” do mesmo artigo, e impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 1º - O prazo a que alude o “caput” deste artigo poderá ser reduzido ou majorado, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes, respeitando o mínimo de 3 (três) anos e o máximo de 6 (seis) anos, nos termos do § 5º, do artigo 156, da LLCA.

§ 2º - Para os fins do inciso X do “caput” do artigo 155 da LLCA (“comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza”), considera-se comportamento inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, bem como o cometimento de fraude de qualquer natureza.

CAPÍTULO III DO PROCEDIMENTO SANCIONATÓRIO

Artigo 19 - A instauração de processo sancionatório se dará mediante comunicação do gestor, ou de quem tenha a responsabilidade pelo acompanhamento da execução contratual, à autoridade competente visando a iniciação do procedimento.

Parágrafo único - Os emitentes das garantias exigidas no contrato deverão ser notificados quando do início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos

termos do § 4º, do artigo 137, da LLCA.

Artigo 20 - Na aplicação das sanções previstas nos incisos I e II, do artigo 3º, desta Resolução, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação, garantindo o direito ao contraditório e ampla defesa.

Parágrafo único - Se na instrução do processo sancionatório estiverem presentes indícios que também recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o contratado ser comunicado de ambas as consequências da infração constada, para exercer seu direito de defesa.

Artigo 21 - A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 1º - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

§ 2º - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 3º - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 4º - Os processos sancionatórios deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução à autoridade competente para fins de avaliação do seu processamento e eventual análise jurídica.

Artigo 22 - Da decisão da autoridade competente que aplicar as sanções de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

Artigo 23 - O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, sendo que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento dos autos.

Artigo 24 - A aplicação da sanção estabelecida no inciso IV, do artigo 3º, desta Resolução (declaração de inidoneidade para licitar) é de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão, e será precedida de análise pelo órgão jurídico da Pasta.

Artigo 25 - Da decisão que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento.

Artigo 26 - A imposição das sanções previstas nesta Resolução não impede a propositura de ação judicial com vista à reparação integral do dano causado.

Artigo 27 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Parágrafo único - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

Artigo 28 - A intimação dos atos relativos à aplicação de sanções será feita mediante expedição de ofício ao(s) representante(s) relacionado(s) no contrato, conforme o caso, por meio do endereço eletrônico nele indicados, que deve ser mantido atualizado para os fins a que se destina.

§ 1º - Resultando infrutífera a intimação a que refere o “caput” deste artigo, será esta efetuada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

§ 2º - Nos processos eletrônicos as comunicações dos atos oficiais serão realizadas por meio das funcionalidades existentes no Sistema Eletrônico de Informações – SEI ou em outro que venha a substituí-lo.

Artigo 29 - Decorridos 30 (trinta) dias da notificação para recolhimento da multa, não ocorrendo a quitação, serão adotadas as medidas para o registro do devedor no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (CADIN) e a inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para cobrança judicial.

Artigo 30 - A prescrição para aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida, pela instauração do processo de responsabilidade a que refere o caput do artigo 21;

II - suspensão, pela celebração de acordo de leniência, previsto na Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão, por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Artigo 31 - Encerrada a instância administrativa, as sanções deverão ser registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo (CAUFESP), no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como, conforme o caso, comunicadas as autoridades competentes, para fins de anotações nos demais cadastros de controle, dentro do prazo legal de 15 (quinze) dias úteis.

Artigo 32 - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta Resolução o disposto no artigo 183, da LLCA.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 33 - A presente Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 34 - Ficam revogadas as Resoluções SAP 6/2007, 7/2007 e 78/2022, permanecendo aplicáveis aos contratos quando vigentes, quando constar remissão expressa em suas disposições.

Artigo 35 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei Federal n.º 14.133/21.

(Republicado por ter saído com incorreção na redação do Inciso I, do Artigo 30, na publicação anterior)

(SEI-006.00056884/2024-73).

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

(Em papel timbrado da Empresa) – Constar e-mail e telefone

UASG: 380117 – COMPLEXO PENAL DE PIRAJUÍ

CNPJ: 96.291.141/0018-28

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 380117-90019/2026

PROCESSO SEI nº 006.00279045/2026-93

CONTRATAÇÃO Nº 380117-19/2026

CÓDIGO ÚNICO SIAFEM nº 2026 043 618 8

DATA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA: ____ / ____ / ____

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ESCRITÓRIO

ITEM	DESCRIPTIVO DO ITEM COM MARCA E MODELO	CÓDIGO SIAFÍSICO	QUANT.	UNID.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	SUBTOTAL (R\$)

Valor total: R\$

Validade da proposta: 60 (trinta) dias

DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA NO BANCO DO BRASIL (EXCLUSIVAMENTE)

Agência:

Conta

Corrente:

Eu, _____, portador do CPF nº _____, representante legal do fornecedor _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº **380117-90019/2026**, Processo SEI nº **006.00279045/2026-93**, **DECLARO**, sob as penas da Lei, que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO
(em papel timbrado da Empresa)

CONSTAR **E-MAIL E TELEFONE** DA EMPRESA

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal da empresa _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº **380117-90019/2026**, Processo SEI nº **006.00279045/2026-93**, DECLARO, sob as penas da Lei, que o fornecedor:

- a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e
- b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.
- c) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição federal.
- d) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- e) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- f) tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia;
- g) tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)